



# Anais da Assembléia

N.65

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 19 DE JUNHO DE 1986

ANO XII

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 53.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1986  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Erondy Silvério.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gerente Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o n. DTL/129/86, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n. 34/86, o qual convertido em lei tomou o número 8.324.- Anote-se. Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para as Mensagens n. 79 e 80/86, que versam sobre os Termos de Convênios celebrados entre o Governo do Estado e, respectivamente entre as Faculdades do Oeste, e a FUNDESCAM - Faculdade de Ensino Superior de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) RUBENS BUENO

Apoio: Sabino Campos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n. 33/86, oriundo do Poder Executivo, que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Educação, um cargo de provimento em Comissão de Inspetor Estadual de Educação, Símbolo 4-C.

Sala das Sessões, em 19.6.86

(a) SABINO CAMPOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência à Mensagem n. 77/86.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) HERMAS BRANDÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 132/86, que dispõe sobre a estrutura e organização da Coordenação da Receita do Estado - CRE.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER um voto de profundo pesar, pelo passamento de EDSON PASCOAL PIAN, ocorrido

dia 14 do mês vigente.

Pede ainda, envio de cópia do presente expediente ao Sr. Jaci Pian, Rua Barão do Cerro Azul, 463 - Cascavel/PR.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

A família enlutada pela trágica ocorrência representa pioneirismo e trabalho em favor de Cascavel e do Oeste Paranaense e o acidente que vitimou o jovem Edson Pascoal Pian causa sentimento de tristeza em toda sociedade da região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a consagração de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Gregório Camilotti, ocorrido recentemente na Cidade de Clevelândia, neste Estado, bem como, sejam transmitidas as condolências deste Poder aos seus filhos Ângelo Camilotti e Guilherme Camilotti.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA  
Líder do PDS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja marcada para o dia 26 de junho de 1986, às 10 horas, a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Doutor ANTÔNIO ESMERALDO NETO.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Professor Jorge Bounassar Filho, Reitor eleito da Universidade Estadual de Londrina, pela sua posse.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

A posse do Professor Jorge Bounassar Filho representa um novo marco para a comunidade universitária de Londrina, pois trata-se do primeiro Reitor eleito diretamente naquela instituição.

Portanto, resta-nos desejar ao Professor Bounassar, votos de uma profunda gestão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário o envio de votos de congratulações ao Movimento dos Açougueiros do Paraná, pela recente manifestação sobre o problema de abastecimento da carne bovina no Paraná.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

A forma de condução do movimento de boicote à compra da carne dos açougueiros, onde o objetivo maior foi garantir não só o produto na mesa dos consumidores, mas lutar para a manutenção dos preços da tabela, merecem nossa consideração.

A decisão de trabalhar sem margem de lucros durante dez dias, até a solução definitiva por parte do Governo Federal, apenas para garantir o produto no mercado, demonstra sensibilidade dos líderes deste movimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações ao Governador JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS, pela feliz indicação de WILLIAM FALCONE, JOSÉ LUIZ ALVES DA MAIA e AURENE PINTO DOS SANTOS, respectivamente para Diretor-Superintendente, Diretor-Técnico e Diretor-Administrativo da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

A escolha foi recebida pelos Portuários e comunidade parnanguara, com imensa satisfação pelo fato de serem os três funcionários da APPA, altamente qualificados e muito estimados.

Foi exatamente neste ponto que o Senhor Governador atendeu aos anseios do povo de Paranaguá, sua cidade natal, que desejava ver como Diretores daquela Autarquia elementos extraídos de seu próprio quadro de funcionários.

REQUER, outrossim, que cópia deste expediente seja encaminhado aos Senhores Diretores acima nominados, além do Senhor Governador.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consagração na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações ao "Jornal do Estado" pela comemoração, no dia de hoje, de seu terceiro ano de fundação, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Proprietário Roberto Barrozo Filho.

Em apenas três anos, o "Jornal do Estado" firma-se, cada vez mais, como um veículo de comunicação atento à realidade dos fatos, como eles realmente acontecem só possíveis devido à responsabilidade que o mesmo possui, sua maior característica.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia, nesta oportunidade, cujo momento que comemora-se não é apenas privilégio do "Jornal do Estado", mas da imprensa paranaense, deixar de cumprimentar o conjunto dos seus profissionais que, com competência e dedicação, proporcionam diariamente informações corretas e seguras, dando ênfase à dinâmica dos fatos que ocorrem neste rico e imenso Estado.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a transcrição nos Anais da Assembleia de votos de congratulações dirigidos à UPES - União Paranaense dos Estudantes de 1.º e 2.º Graus, pela comemoração, no dia de hoje, do 41.º aniversário de fundação, com conseqüente encaminhamento ao jovem Presidente Vandir Fonseca.

Há exatamente 41 anos atrás era fundada, em Curitiba, a UPES. Seu propósito principalmente era o de organizar a classe em todo o Estado, buscando, sobretudo, possibilitar uma verdadeira integração, a fim de objetivar a concretização de inúmeras metas.

Mesmo tendo, os anos 40 e 50 uma preocupação com o ensino, os jovens da época talvez não pudessem imaginar as infinitas distorções que passariam a existir a partir da década de 60, particularmente com o golpe militar. A ditadura, dentre as várias práticas, gradualmente retirou, na área da educação, seu real papel, relegando-a a planos inferiores, privilegiando, em conseqüência, a privatização do saber. Tal situação, exigiu do estudantado uma ação vigorosa, de intensa luta, de resistência e de denúncia. À medida que os movimentos ganhavam espaço na sociedade, as lideranças sofriam sérias repressões, tanto físicas quanto através da legislação que procurava cercear qualquer forma de manifestação e organização dos jovens. Mas, de forma combativa e destemida, as lideranças estudantis continuaram firmes, na defesa de um ensino voltado, efetivamente, para os interesses legítimos dos cidadãos brasileiros.

Neste sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia deixar de Requerer, para que fique constado nos

Anais deste Poder, os cumprimentos à União Paranaense dos Estudantes de 1.º e 2.º Graus, cuja história reserva-lhe, a exemplo de todo o movimento estudantil, páginas memoráveis, na defesa da soberania, da liberdade, da formação de jovens conscientes de seu papel como sujeitos da sociedade, além de ser a UPES o verdadeiro nascedouro de diversas lideranças, muitos dirigentes deste Paraná e desta Nação.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações aos diretores do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, recentemente eleitos pela comunidade universitária de Londrina.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

#### JUSTIFICATIVA:

Não só pela importância que representam os cargos de diretor-superintendente, diretor-clínico, diretor de enfermagem e diretor-administrativo da maior unidade hospitalar e de ensino do Norte do Paraná.

Também, e principalmente pela forma pioneira de escolha através de eleição direta de docentes, alunos e servidores da instituição que elegeram profissionais competentes e portadores de uma excelente folha de serviços prestados à comunidade, respectivamente, Tercílio Luiz Turini, Álvaro Jabur, Oswaldo Yokota e Ana Rocker.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrito na Ata dos Trabalhos da presente sessão, um voto de aplauso à Diretoria do Diretório Central dos Estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição seja dado ciência do mesmo à Diretoria eleita do Diretório Central dos Estudantes, através de seu Presidente o Sr. Marcelo Nogueira Miguel.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário o envio de mensagem aos Prefeitos Roberto Requião e Wilson Moreira, respectivamente de Curitiba e Londrina, sugerindo isenção do IPTU

para os imóveis utilizados por livrarias que reservem espaços prioritários de exposição para obras de autores nacionais. Sala das Sessões, em 19.06.86.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

A medida ora sugerida visa estimular a exposição e venda de obras de autores nacionais, favorecendo não somente os autores nacionais, mas principalmente, a cultura nacional.

Recentemente, projeto de lei neste mesmo sentido foi enviado à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro pelo Prefeito Roberto Saturnino Braga, isentando do imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana os imóveis, ou parte de imóveis, utilizados por livrarias que reservem 50% do espaço para o fim mencionado.

Certamente, adequações serão necessários, em respeito às peculiaridades paranaenses, particularmente existentes em Curitiba e Londrina, as duas maiores cidades do Estado que, em nossa opinião, devem ser pioneiras na implantação desta medida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de telex ao Ministro da Fazenda Dilson Funaro, solicitando solução urgente para a problemática do abastecimento de carne bovina no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19/06/86.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

O colapso no abastecimento de carne bovina, no País e, especialmente no Paraná, tem tomado proporções alarmantes, onde corremos o risco de faltar tal produto no mercado.

A solução encontrada, temporariamente, pelo movimento dos açougueiros em vender o produto sem nenhuma margem de lucro, durante dez dias, sem dúvida é uma atitude heróica adotada pela classe, embora a solução definitiva dependa da posição a ser assumida pelo Governo Federal.

Para tanto, é indispensável ser revivido o "Acordo de Cavalheiros", manter os preços deste acordo seria a melhor solução no momento, ou outras alternativas que venham a garantir a margem de lucro dos comerciantes e os preços tabelados ao consumidor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial

dirigida ao Ilustríssimo Sr. Superintendente da SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, para que se agilize a perfuração de um poço artesiano na localidade de Lirial de São Luiz, pertencente à municipalidade de Araruna.

Trata-se de uma solicitação que não é formalizada somente nos dias de hoje, mas em diversas oportunidades anteriores a esta, inclusive junto a essa Superintendência, cuja resposta neste sentido, foi favorável - teoricamente.

Na prática, a realidade é a mesma do que há tempos atrás. A comunidade daquele progressista povoado de Lirial de São Luiz, enfrentando como sempre os infinitos transtornos ante a falta de água nas suas residências e nos estabelecimentos comerciais, continua a aguardar solução para aquele antigo problema.

Não se pode admitir, como nas diversas situações passadas, apenas e tão somente promessas ou compromissos não levados a efeito. Torna-se inadiável, conforme ressalta o Excelentíssimo Sr. Vereador Antônio Laércio Swaigen, que a perfuração do poço tantas vezes reivindicado venha a ser, na verdade, o único meio pelo qual será possível por fim a uma série de problemas decorrentes da falta d'água.

Sala das Sessões, em 19/06/86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente dirigido a Ilustríssima Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Sra. Secretária da Educação, solicitando recursos para a construção de um muro cercando a Escola Estadual Bento Munhoz da Rocha, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, localizado no Distrito Administrativo de Herveira, pertencente à municipalidade de Campina da Lagoa.

Tal solicitação baseia-se no pedido formalizado pelo Excelentíssimo Sr. Dr. Joaquim Antônio de Lima.

Na condição de Prefeito Municipal, buscando a concretização de inúmeras metas para o setor educacional, incluindo-se, como uma das ações prioritárias a construção de um muro na Escola Estadual Bento Munhoz da Rocha, objetivando proporcionar maior segurança a todos os seus frequentadores.

Faz-se necessário, diante dos fatos que se apresentam, que essa FUNDEPAR, juntamente com essa Pasta, estudem a real

possibilidade de atender esta postulação para aquele conceituado e tradicional estabelecimento de ensino de Herveira, no Distrito de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 19/06/86.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, no sentido da instalação de um telefone público no Jardim Flórida, localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

Integrada ao perímetro urbano, o Jardim Flórida congrega, nos dias de hoje, expressivo número de moradores, em várias faixas sociais. A referida zona urbana, dentre outras preocupações, está a reivindicar, através do Ilustríssimo Senhor Marcos Roberto Goes, conceituado comerciante, a implantação de um aparelho para uso público. A justificativa apresentada, prende-se ao fato de que, muitas residências ainda não possuem este tipo de comunicação, o que tem acarretado inúmeros problemas, notadamente no que respeita aos casos emergenciais. Ademais, cabe dizer que a proposta para a instalação do telefone tem como local o estabelecimento denominado "Mercearia Flórida", situada na Rua José Theodoro de Oliveira, esquina com a Rua Santa Catarina, onde há grande afluência de pessoas.

Eis, pois, os motivos apresentados, esperando, por parte dessa Companhia, a adoção de medidas que permitam tornar realidade, num menor espaço de tempo possível, esta que é uma justa solicitação.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, apoio para a implantação de um gabinete dentário na Municipalidade de Juranda.

Objetivando ampliar a atuação que vem sendo posta em prática para o setor de assistência social e à saúde, o atendimento para o tratamento dentário é de fundamental importância, visto que a população de baixa renda não dispõe de recursos para tal.

Uma vez tratando de equipamentos que exigem a aplicação de expressivo recurso,

que a Administração não dispõe em sua integridade, que essa Pasta, conforme proposta do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Diemes Amadei determine apoio, visando concretizar uma justa aspiração, cujo alcance social é inquestionável.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, criação e instalação de uma unidade veterinária para a Municipalidade de Mamborê.

Inegavelmente, a região pertencente ao Município de Mamborê representa parcela das mais expressivas em termos de criação de bovinos, destinados tanto para corte quanto para lactação. Ademais, além do plantel que existe, tem-se verificado um rápido e contínuo crescimento do setor, conforme relato de autoridades ligadas a pecuária.

Visando adequar aquela rica e imensa região de condições à altura de seu próprio progresso, por sugestão do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Ivo Brunetta, que essa Pasta avalie a real possibilidade de implantar uma unidade veterinária, a fim de que, efetivamente, os produtores possam contar com verdadeira assistência.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo o envio de um fogão elétrico para o Colégio Estadual Professor João Faria da Costa - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na Municipalidade de Nova Cantu.

Embora possuindo um fogão a gás, segundo o Ilustríssimo Senhor Inspetor Estadual Mauri Schuh informa que o mesmo consome, mensalmente, pelo menos, nove bujões, representando custos que muitas vezes o Colégio não dispõe.

Assim sendo, conforme também sugestão do Ilustríssimo Senhor Diretor daquele estabelecimento de ensino, Hideki Hayashi, a solução seria a utilização de um fogão

elétrico, significando economia considerável de custos.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, para que sejam liberados materiais para a construção de um sistema de drenagem no Conjunto Habitacional Nivando Antônio Simionato, localizado na Municipalidade de Peabiru.

Construído através do projeto mutirão o citado núcleo residencial concentra grande número de famílias que, os dias de hoje, enfrentam alguns problemas quando nos dias de chuvas, já que acumulam as águas onde o mesmo se localiza.

Diante do problema, a Associação de Moradores, presidida pelo Ilustríssimo Senhor Gilson Andrade de Freitas, está a reivindicar a construção de um sistema de drenagem. Para tanto, em contato que a entidade manteve com a Prefeitura a mesma comprometeu-se a executar a obra, sendo necessário tão somente a liberação dos seguintes tubos: 226m de 40cm e 150m de 60 cm.

Pelas razões expostas, aguarda-se, por parte dessa Secretaria de Estado do Interior, a adoção de medidas que venham de encontro aos interesses aqui manifestados em nome da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Nivando Antônio Simionato.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, objetivando a destinação de recursos de ordem financeira para a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ubiratã.

Integrada por diversas pessoas da sociedade ubiratanense, a APAE tem desenvolvido, nos últimos anos, um trabalho de indiscutível alcance social. Dentro da filosofia de manter o ritmo de realizações, sobretudo ampliando o leque de suas atividades, aquela entidade, num esforço que mais uma vez envolve praticamente toda a coletividade, encontra-se em fase de construção a sede da APAE, cuja obra prevê uma nova estrutura que permitirá uma ainda

melhor assistência aos excepcionais.

No entretanto, a fim de que tal pretensão torne-se uma realidade, é de vital importância a colaboração do Governo, através dos recursos que forem necessários, conforme proposta do Ilustríssimo Senhor João Valdomiro Dziccini, que é um dos Diretores da APAE de Ubiratã.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente dirigido a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo recursos financeiros para a construção de uma quadra de esportes no Colégio Estadual Helena Kolody - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na Municipalidade de Terra Boa.

O conjunto do estudantado daquele importante educandário, pertencente à rede estadual, tem enfrentado atualmente inúmeros problemas com relação às aulas de Educação Física, impossibilitada de ser levada a bom termo, dada à inexistência de local apropriado. Tal realidade naturalmente prejudica os professores no cumprimento do currículo escolar, no que respeita a parte esportiva.

Assim sendo, numa manifestação conjunta do Colégio Estadual Helena Kolody, através do seu Diretor, Ilustríssimo Senhor João Francisco Dias Barbosa, e do Excelentíssimo Senhor Elso Garcia Segura, Prefeito Municipal de Terra Boa, que essa Fundação e a Secretaria da Educação, determinem a liberação dos recursos financeiros que forem necessários para viabilizar a concretização desta que é, seguramente, uma justa solicitação.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública visando realizar reformas gerais na delegacia policial localizada na Municipalidade de Roncador.

Baseando-se em depoimento do Ilustríssimo Senhor Adolfo Martelli, o estado que se encontram as instalações onde funcionam atualmente a delegacia de polícia é per-

feitamente lastimável, tanto nas partes elétrica e hidráulica, no telhado, no forro, como das paredes, em consequência do longo tempo de uso.

É de capital importância, diante dos fatos ocorridos, atendendo solicitação do referido Titular da Delegacia de Roncador, que essa Secretaria de Estado da Segurança Pública determine a inclusão em seu orçamento de recursos financeiros, para a completa realização de reformas no prédio daquele organismo.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte no sentido da liberação de materiais esportivos para a Municipalidade de Quinta do Sol.

Objetivando o desenvolvimento da prática esportiva capaz de envolver o maior número de pessoas, dado inclusive ao grande interesse, a Mocidade Unida de Quinta do Sol, entidade cuja atuação tem-se voltado para elevar a consciência das pessoas quanto à necessidade de participação no âmbito da sociedade, está a propor a destinação de material esportivo, tais como bolas e jogos de camisa.

Por tratar-se de uma justa reivindicação, de iniciativa do jovem José Roberto Rodrigues, vice-coordenador do referido grupo de jovens, em nome dos demais integrantes, que essa Secretaria de Estado determine o pronto atendimento ao presente pedido.

Sala das Sessões, em 19.6.86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública no sentido do aumento da cota de combustível para a delegacia policial, localizada na Municipalidade de Barbosa Ferraz.

Tendo em vista os constantes reclamos feitos pela população da Cidade de Barbosa Ferraz, assim como de moradores dos distritos e localidades, quanto à segurança, por iniciativa da Excelentíssima Senhora Elza Marques Gonçalves, Presidenta do Poder Legislativo, o presente requerimento tem o fim especial de que essa Pasta de-

termine o imediato aumento da cota de combustível, visto que, nos dias de hoje, a mesma é insuficiente para que a polícia desenvolva o seu trabalho.

Neste sentido, espera-se o pronto respaldo desta que é, fora de qualquer dúvida, uma justa solicitação, também de iniciativa do Ilustríssimo Sr. Mozart Silva, militante político naquele progressista município.

Sala das Sessões, em 19/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente a Excelentíssima Sra. Gilda Poli Rocha Loures, MD. Secretária de Estado da Educação, solicitando a criação de estabelecimento de ensino de segundo grau, a ser mantido pelo Governo do Estado, na cidade de Roncador, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19/06/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Roncador, já encaminhou à Secretaria de Estado da Educação, o formulário modelo DESG, com vistas à implantação do Ensino de Segundo Grau, na habilitação "Magistério", na Escola Estadual General Carneiro - Ensino de Primeiro Grau, já autorizada de primeira à oitava séries, pela Resolução n. 80/81, de 30/12/81, e reconhecida pela Resolução n. 4.876/84, de 25/06/84.

A criação do Ensino de Segundo Grau na Escola Estadual General Carneiro, evitará que centenas de jovens fiquem sem aulas e sejam impedidos de continuarem a estudar.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, solicitando um jogo de camisas para os alunos da Escola Estadual Vinícius de Moraes, Ensino de Primeiro Grau, de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 19/06/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

Alegando que os alunos daquele estabelecimento de ensino não participaram dos Jogos Estudantis de Campo Mourão, por falta de uniformes adequados, a direção da Escola nos solicitou que fizéssemos o presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando um refeitório para a Escola Estadual Arnaldo Coneglian, Ensino de Primeiro Grau, no Distrito de Bourbônia, Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 19/06/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Trabalhos incansáveis como fornecimento da merenda escolar aos alunos da Escola Estadual Arnaldo Coneglian, têm sido dificultados diante da inexistência de um refeitório, adequado às necessidades da escola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Jesus Sarrão, MD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando um módulo policial para o Conjunto Habitacional Dr. Milton Luiz Pereira (COHAPAR), de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 19/06/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Além de problemas de aumento da criminalidade na região, recebemos o Ofício n. 037/86, da direção da Escola Estadual Vinícius de Moraes, solicitando a construção do referido módulo, justificando que "... o conjunto habitacional é cortado por rodovia estadual de tráfego intenso, que causou atropelamentos de diversos estudantes desta Escola, por falta de policiamento..."

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Fernando Eugênio Ghignone, MD. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, solicitando a construção de uma cancha de esportes no Distrito de Bourbônia, Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 19/06/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A construção de uma cancha de esportes naquela localidade é uma reivindicação dos

habitantes - trabalhadores, estudantes, professores, comerciantes, etc, que necessitam de um local apropriado para a prática de esportes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, Sr. Fernando Eugênio Ghignone, solicitando instrumentos musicais para formação de uma fanfarra na Escola Estadual Vinícius de Moraes, de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 19/06/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A referida escola não tem condições financeiras para custear as despesas na compra de instrumentos musicais para a formação de fanfarra, com os alunos daquele estabelecimento de ensino.

A direção daquela escola, através do professor Roberto Takamoto, Diretor Geral, justifica que os alunos da referida escola necessitam de uma fanfarra "para representar a escola nos eventos cívicos nacionais, estaduais e municipais..."

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando agilização na construção de salas de aula para a Escola Estadual Vinícius de Moraes, Ensino de Primeiro Grau, de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 19/06/86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Visando impedir que centenas de alunos ficassem sem aulas, por falta de vagas, os professores e funcionários da referida escola criaram um horário de aulas intermediário para poder atender a elevada demanda escolar, aguardando o início da construção de salas de aulas. Entretanto, até o presente, as obras não foram iniciadas, causando sérios transtornos para a Escola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, engenheiro Heinz George Herwig, solicitando-lhe seja viabilizada a



pavimentação asfáltica entre os Municípios de São Carlos do Ivaí e Japurá, na ligação de leito natural, com aproximadamente 18 km, sendo que à altura do quilômetro 7, há a necessidade de se erguer uma ponte sobre o Rio Ivaí, ligando os dois municípios.

Tal pedido se faz devido à extrema necessidade de escoamento da safra agrícola, permitindo trabalho ágil e perfeita comunicação entre as comunidades.

Sala das Sessões, em 19/06/86.

(a) TADEU FRANÇA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, reivindicando a instalação de um armazém da COPASA, em Santa Izabel D'Oeste.

Sala das Sessões, em 19/06/86.

(a) NELSON BUFFARA.

#### JUSTIFICATIVA:

O armazenamento da produção agrícola do Estado é um dos fatores preponderantes para a garantia de nossas safras e para dar melhores condições de sobrevivência dos nossos produtores, notadamente os pequenos agricultores.

Apesar de um bom trabalho desenvolvido pelo Governo do Estado nesse setor, algumas distorções ainda necessitam ser corrigidas. É o exemplo do Município de Santa Izabel D'Oeste, que pela sua posição geográfica, monopoliza grande parte da produção do Sudoeste do Estado.

Cientes da preocupação do Governador João Elísio Ferraz de Campos em atender as camadas mais necessitadas do Estado, temos certeza que a reivindicação dos agricultores daquele município, será atendida.

Solicitamos também, o envio do abaixo-assinado dos agricultores, ao Governador do Estado.

SANTA IZABEL D'OESTE - PR

#### MEMORANDO

Excelentíssimo Senhor

Deputado NELSON BUFFARA

Assembleia Legislativa do Estado

CURITIBA - PR

Os subassinados, todos agricultores residentes e domiciliados no Município de Santa Izabel D'Oeste, com o devido acatamento, considerando o alto e significativo senso de responsabilidade de Vossa Excelência, onde a invejável capacidade do político em dia com as exigências da época e sempre pronto a engajar-se na luta pelas mais legítimas causas da gente paranaense, pelo presente, solicitam seus bons ofícios

- tornando-se portanto, patrocinador do pleito que ora formulam - no sentido de dotar este Município de uma unidade da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - COPASA, para fins de armazenamento da produção agrícola desta microrregião, tendo em vista sua favorável situação geográfica e, por outro lado, tornar bem menos onerosos ao colono custos pertinentes à armazenagem, quando se têm conhecimento que esse é um dos setores da atividade agrícola em que o homem da lavoura é mais explorado.

Santa Izabel D'Oeste(PR), em 17/05/86.  
Com 16 assinaturas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembleia Legislativa, matéria do dia 15 de junho de 1986, página 6, do jornal "Folha de Londrina", com o título: "GOLPE DE IMPORTAÇÃO DE GADO TROUXE PREJUÍZO SUPERIOR A US\$ 200 MILHÕES".

A referida matéria foi editada pelo jornalista Edilson Leal e revela a seriedade do jornal, pois o escândalo vem sendo abafado há muitos anos.

A Polícia Federal e a Receita Federal continuam investigando a participação de fazendeiros londrinenses em importações "fantasmas" de gado boliviano e argentino, o que motivou o pedido de envio de telex ao Ministro da Justiça, em data de 20 de maio de 1986, de nossa autoria.

Sala das Sessões, em 19/06/86.

(a) FIORI LUIZ.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 136/86

A Assembleia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada GUATAÇARA BORBA CARNEIRO, a Rodovia Estadual PR-340, que liga o Município de Castro ao Município de Tibagi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19/06/86.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

Guataçara Borba Carneiro é filho deste nobre Estado das Araucárias, nascido na progressista cidade de Tibagi, na data de 31 de dezembro de 1890. Sendo seus genitores o Sr. Cipriano Borges Carneiro e a Sra. Luiza Borba Carneiro.

Foi fazendeiro por longo período. Contudo, deixou os verdes campos, para in-

gressar na vida pública, iniciando-se como Promotor Público.

Desde então, traçou seu caminho público com dignidade, exercendo os nobres cargos de Prefeito de Tibagi, Delegado de Polícia e chegando a atingir o ápice da vida pública, como Governador do Paraná.

Interessando-se pelo Poder Legislativo, elege-se Deputado Estadual por quatro legislaturas: 1947, 1950, 1954 e 1958.

Nesta digníssima Casa de Leis, ocupou os seguintes cargos eletivos: membro da Comissão de Finanças e Orçamento em 1947; presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, em 1948; presidente da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa em 1949 e 1950; membro titular da Comissão de Tomada de Contas em 1951, e no ano seguinte ocupou o cargo de vice-presidente desta mesma Comissão.

Nos anos de 1953 e 1954, ocupou o cargo de membro da Comissão de Constituição e Justiça, e em 1955, foi igualmente membro da Comissão de Finanças e Orçamento.

No dia 11 de junho de 1956, este nobre parlamentar licencia-se para assumir o então alto cargo de Secretário dos Negócios do Interior e Justiça, exercendo-o até 01 de agosto de 1958.

Em 1959 e 1960, volta a esta Casa, sendo então eleito presidente da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, cargo este que já ocupara nos anos idos de 1949 e 1950.

Em 31 de janeiro de 1961, Guataçara Borba Carneiro ausenta-se da Assembléia Legislativa para assumir o cargo de Governador do Estado pela segunda vez, onde encabeçou-o até 01 de fevereiro. Neste mesmo ano e no seguinte, ocupa o cargo de membro da Comissão de Tomada de Contas.

A atuação legislativa deste altivo parlamentar, nesta Casa, é espelhada não somente pela sua resplandecente personalidade, mas igualmente pelos inúmeros projetos. Neles encontramos a nítida preocupação com a educação, higiene e cultura do povo paranaense.

Em cada um de seus projetos, vê-se a valorização de tudo aquilo que pode e deve ser enobrecido em prol do nosso Estado e da nossa gente.

Por todas estas razões aqui expostas e arroladas, consideramos que essa nobre Casa de Leis faz esmerada justiça em nominar a Rodovia PR-340, no trecho que liga Castro - Tibagi, com o saudoso nome de GUATAÇARA BORBA CARNEIRO.

#### PROJETO DE LEI N. 140/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado, no Município de São José dos Pinhais, o Distrito Admi-

nistrativo de São Marcos, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"O ponto de partida, foi cravado na ponte da BR-376, sobre o Rio Guamirim, numa extensão de 5,5 km até a barra com o Rio Miringuava; deste ponto se segue confrontando pelo Rio Miringuava, numa extensão de 6,5 km até a estrada que liga São Marcos e Colônia Muricy; deste ponto segue confrontando pela estrada acima citada, numa extensão de 4,5 km até encontrar a BR-376, ao lado do Abatedouro de Aves Argus; deste ponto segue confrontando pela BR-376, no sentido para Joinville, numa extensão de 2 km até o ponto de partida".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19/06/86.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

A comunidade de São Marcos, no Município de São José dos Pinhais, de longa data vem almejando a sua elevação à categoria de distrito.

Com a elevação daquela localidade à categoria de Distrito, inúmeros benefícios poderão advir, quer no campo social, econômico e cultural, ajudando para que o crescimento ali verificado tenha continuidade.

#### PROJETO DE LEI N. 141/86.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a entidade ABRIGO BOM PASTOR, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19/06/86.

(a) HERMAS BRANDÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade ABRIGO BOM PASTOR vem prestando relevantes e inestimáveis serviços de assistência à comunidade de Cornélio Procopio - PR.

Assim sendo, justo é que mereça o reconhecimento público estadual, o que estamos propondo à consideração dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Está finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos nos Pequeno e Grande Expediente.

Passamos ao horário das lideranças.

Consulta a Liderança do Partido Libe-

ral. (Declina).

Consulto a Liderança do Partido Comunista Brasileiro. (Declina).

Consulto a Liderança do Partido Democrático Trabalhista. (Declina).

Consulto a Liderança do Partido da Frente Liberal. (Declina).

Consulto a Liderança do PDS. (Declina).

Consulto a Liderança do PMDB.

Com a palavra, o Sr. Deputado Rubens Bueno, no Horário da Liderança do PMDB.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê).

" O problema do funcionalismo público estadual, após anos a fio de descaso, parece atingir o seu ápice. Infelizmente, uma classe numerosa à qual é atribuída a manutenção do funcionamento da máquina administrativa, não está recebendo por parte do Governo a justa retribuição por seus relevantes serviços. A pauta de reivindicação da classe, extensa, representa apenas o mínimo de justiça a que têm direito os servidores e que, por outro lado, nada mais é do que uma reprodução das linhas programáticas do PMDB e das promessas de campanha.

Pagamento do 13.º Salário integral; aumento das pensões pagas às pensionistas do IPE; piso salarial de dois salários-mínimos para todos os servidores públicos; isenção previdenciária do IPE aos aposentados; reequilíbrio salarial de algumas categorias, através da recuperação de vantagens; promoção vertical; ascensão funcional e efetivação dos funcionários celetistas.

Estas são as principais reivindicações que o funcionalismo tem insistentemente levado ao conhecimento das autoridades governamentais, através do Dr. Fausto Luiz Abry, Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Paraná.

Aliás, para que se tenha uma ligeira noção da absurda situação de servidores estaduais, basta tomar para exemplo a ascensão funcional. Paralisado há mais de quinze anos, o processo de ascensão nada mais é do que a passagem do funcionário de uma para outra categoria funcional, tornando-se um justo critério ao "premiar" o esforço dos mais antigos, posicionando-os melhor em relação aos mais novos da categoria a que pertencem. É a progressão ou promoção pelos critérios de merecimento ou antiguidade. Além disso, a ascensão funcional é uma garantia constitucional, prevista no art. 80, da Constituição Estadual. Porém, atualmente, os servidores apenas encontram desestímulo à sua atividade, o que, naturalmente, só pode reverter em prejuízos ao Estado, embora lhe esteja ao alcance modificar essa perspecti-

va.

Outro exemplo muito evidente das diversas distorções que atingem a classe, está nas profundas diferenças salariais e funcionais entre estatutários e celetistas.

Por um lado, os estatutários percebem menos em seus salários, embora exerçam funções idênticas às dos seus colegas celetistas, além de que, através da imobilização do seu Quadro há mais de dez anos, estão sem qualquer alteração na situação inicial. Já, por outro lado, os celetistas lutam pelas gratificações por tempo de serviço, licença, aposentadoria, e pela estabilidade no emprego público.

Parece, porém, que existe uma luz no fim do túnel. A recente criação da Comissão Paritária, para tratar em conjunto da situação do funcionalismo público, está realmente imbuída do objetivo de resolução do problema. Afinal de contas, a qualidade dos regimes jurídicos de serviço público apenas contribuiu para a insatisfação e desunião da classe, quando vige constitucionalmente o princípio da isonomia, ou seja, tratamento idêntico para situações idênticas.

Agora, resta-nos aguardar a sensibilidade do Governador João Elísio para que finalmente o funcionalismo seja atendido nos seus mais antigos, justos e também prementes anseios."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Consulto a liderança do PTB.

Com a palavra, o Sr. Deputado Erondy Silvério, no Horário do PTB.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, apesar do assunto já ter sido abordado nesta Casa, voltamos a falar sobre uma seqüência trágica de acidentes de trânsito em Curitiba.

Esse fato vem demonstrar que a violência nos assaltos ou nos crimes passionais, talvez não seja tão chocante, porque é coibida e é punida. Os crimes dolosos que estão nas ruas, são observados com uma complacência de cumplicidade pela autoridade pública. Enquanto vão morrendo crianças que jamais crescerão, pais de famílias que fazem falta, e outros muitos que ficam inutilizados para o resto da existência.

Não é figura de retórica denunciar a cumplicidade da autoridade pública. A omissão de quem detém dever de ofício é sempre criminosa. Agora mesmo o Governador João Elísio acaba de comprar viaturas e contratar maior número de policiais. Mas, não vemos qualquer empenho em deter esta inaceitável loucura do trânsito curitibano.

Estou lembrado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que convivi com muitos governadores, inclusive com o saudoso Interventor Manoel Ribas. O meu emprego foi como funcionário público, ainda no tempo de Manoel Ribas. Lembro-me de Moisés Lupion, de Bento Munhoz da Rocha Neto, que quanto o auxiliar não prestava, ele chamava e demitia. Quando o secretário ou o diretor de departamento, ou a autoridade que era responsável por algum setor, principalmente o de Saúde, Segurança e Educação, quando este cidadão não correspondia à confiança do governador, pela sua omissão, ele o chamava e o demitia sumariamente.

Hoje não ocorre mais isto. Colocam-se "panos quentes" nos fatos graves que acontecem. Principalmente no setor de trânsito. Não vimos o Sr. José Richa, nem o atual Governador João Elísio chamar o Secretário de Segurança e cobrar desse secretário, que o mesmo está lá só para fazer política e não para cuidar da Segurança Pública. Não vimos este cidadão ser chamado pelo Governador e ter levado sequer um "puxão de orelhas".

Não vimos o Diretor do DETRAN, que está lá só para cobrar taxas exorbitantes da população paranaense, ser "chamado às falas". Não vimos a Bancada do PMDB, aqui, que queria a administração transparente, cobrar do seu Governador, do seu Secretário de Segurança, um empenho maior na fiscalização do trânsito.

Isto nos leva a ter saudades dos grandes administradores, dos grandes governadores que tivemos, no Paraná, que não admitiam a omissão o descuido, a preguiça, que jamais admitiram a interferência política na administração pública.

O que fez o Governador João Elísio, nestes desastres pavorosos que aconteceram agora em Curitiba? É evidente que o Governador não tem culpa. Nós sabemos perfeitamente que ele não é responsável, mas deveria ter chamado o seu Secretário de Segurança, o Comandante da Polícia Militar, e deveria ter cobrado uma fiscalização eficiente, severa e enérgica. O que é que nós presenciamos em Curitiba? É fiscalização de documentos. São os funcionários encarregados desse setor a azucrinar o ouvido dos motoristas, porque a Carteira está amarrotada ou porque o motorista a esqueceu em casa. Mas não vemos um policiamento ostensivo, onde a omissão aparece sem desculpas, porque o policiamento tem que ser preventivo.

Todos nós vemos a ação de policiais resumir-se em fiscalizar veículos parados, aplicando multas por estacionamento em locais proibidos ou por falta de documentos.

Ninguém pára um carro que trafega em excesso de velocidade, ou que esteja sendo dirigido de uma forma perigosa. Os "ra-

chas" da juventude tem local e hora marcados, e acontecem sem intervenção policial.

A estrada que leva a Santa Felicidade e que todas as noites serve de pista para pessoas que beberam em excesso naqueles restaurantes, e jamais é fiscalizada; e as chamadas "vias rápidas", cuja designação já é um estímulo ao excesso de velocidade, estão se transformando em pista de corrida.

Ainda na semana passada, nós vimos uma família ter a dor brutal de perder dois filhos que estavam saindo da sua casa para se dirigir à escola, numa daquelas "vias rápidas"; o cara correndo embriagado, há mais de cem quilômetros por hora, arranca o poste e assassina cruel e covardemente aqueles dois filhos menores e fere gravemente o terceiro irmão. E o que é que se viu por parte das autoridades do Estado, das autoridades encarregadas da Secretaria e do Trânsito? Nada, absolutamente nada.

Quando o Governador deveria demitir por incompetência o Secretário da Segurança e o Diretor do DETRAN...

Concedo o aparte ao Deputado Adhail Sprenger Passos.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência trata de um assunto que está intimamente ligado negativamente às nossas vidas pessoais.

Vossa Excelência e eu tivemos pessoas de nosso relacionamento pessoal muito próximo, vítimas desse trânsito louco.

Eu me parablenizo com Vossa Excelência, em primeiro lugar pela coragem em tratar de um assunto que, sinceramente, eu não teria coragem de tratar.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu respeito a sua posição.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Porque o problema do trânsito, não só em Curitiba, como também em outros grandes centros deste País, e por isso eu passo a analisar a coisa um pouco diferente de Vossa Excelência, embora concorde com tudo o que está dizendo.

Eu acredito que esse problema transcende do aspecto meramente administrativo. Administrativo - administração DETRAN. A experiência que eu vivi, me traz essa convicção. Por quê?

Porque a coisa também está ligada ao aspecto policial, e aí nós temos que mudar a legislação que regula os crimes hediondos que ocorrem no trânsito de Curitiba e de outras cidades. Há que se mudar toda uma legislação federal que passe a considerar os acidentes de trânsito como estes que nós vivemos e que Curitiba assistiu em poucos dias, como crimes de alta grandeza, e por outro lado, precisa refor-

mular também o aspecto judicial que dá como elemento mais fundamental, para analisar acidentes como este, dá um valor extraordinário às testemunhas do acidente que Vossa Excelência sabe muito bem que são fabricadas. Laudos técnicos mostrando o excesso de velocidade que tecnicamente se pode perfeitamente estabelecer, mostrando que os causadores de acidentes de trânsito estavam em elevadíssima velocidade. Não bastam, não servem, porque uma "testemunha fabricada" alega que o causador do acidente não estava em excesso de velocidade.

E isto depende, portanto, de toda uma modificação da estrutura legal que regula esta matéria. Não vamos por - apenas - sob a responsabilidade administrativa de diretores ou de secretários. Vamos pensar muito mais à frente. Vamos verificar o que precisa mudar na legislação que regula, em âmbito federal e estadual, os acidentes de trânsito.

E digo mais a Vossa Excelência: a denominação notória das vias laterais é um incentivo à velocidade e até hoje estamos trabalhando para mudar essa denominação de "vias rápidas" para vias laterais. Concorro, portanto, com Vossa Excelência.

E por outro lado, críticas ao sistema de pavimentação das vias públicas que eu tenho levantado constantemente desde o meu tempo de vereador, porque os administradores da Prefeitura, no passado, ao fazerem a pavimentação para faixa de rolamento de veículos, não faziam calçadas e, são, portanto, co-responsáveis por esta situação que existe em muitas vias públicas de Curitiba.

E estamos hoje na administração da Prefeitura, fazendo pavimentação com calçadas para pedestres. E por outro lado, nas vias já pavimentadas para os veículos, estamos fazendo calçadas de emergência para diminuir o elevado grau de incidência nos acidentes de trânsito com atropelamentos fatais.

Eu parabenizo Vossa Excelência, mas gostaria de cumprir com o dever de consciência, acrescentando ao seu oportuno pronunciamento, estas minhas observações.

Agradeço o aparte, e peço escusas por ele ter sido longo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu pediria cinco minutos do PFL, que me foi concedido pela Liderança. (Assentimento).

Eu gostaria de agradecer ao Deputado Adhail Sprenger Passos, pelo aparte, e dizer a Sua Excelência, que ele encurtou caminho, porque no final do meu pronunciamento eu ia fazer um apelo à bancada majoritária, aos Deputados Estaduais que são candidatos ao Congresso Nacional à Constituinte, porque lá é o fórum apropriado pa-

ra modificarmos de uma vez por todas estas "leis frouxas" que existem no País, sobre o trânsito. É evidente que a responsabilidade não é só do setor administrativo, mas da legislação existente.

E já que Vossa Excelência é Vice-Prefeito da cidade, eu quero aproveitar para abordar uma entrevista que assisti do Prefeito Roberto Requião, onde ele aponta como causa maior da desordem no trânsito, crescimento de 30% na frota de carros em circulação provocado pelo baixo preço da gasolina. Eu acho que justificar não é corrigir, embora o respeito que merece o Sr. Roberto Requião.

O prefeito não é a autoridade responsável pela fiscalização policial do trânsito, mas é a pessoa de maior responsabilidade na definição de política viária e na regimentação da comunidade para enfrentar seus problemas, principalmente estes, de trânsito, mas quais Vossa Excelência tão bem abordou em seu aparte.

Porque a verdadeira designação destas avenidas era "via expressa". Era. Agora é "via rápida". Por elas se chega velozmente ao destino ou à morte.

A omissão de qualquer fiscalização para que se atenda à velocidade limite de 60 km/h, terminou criando o hábito da imprudência. Então, o Prefeito da cidade tem um papel preponderante para ajudar.

Para modificação da legislação, não há tempo. Temos que confiar nos Constituintes. Este Poder deve pressionar a nossa representação no Congresso Constituinte, enviando subsídios para que essa legislação seja, realmente, modificada, seja melhorada.

O prefeito de Curitiba deve acionar a "Sorbonne" do Juvevê, que é o IPPUC, onde inteligências capazes têm condições de modificar o sistema viário de Curitiba.

Essas vias rápidas, são um atentado à segurança da comunidade. Elas não podem permanecer dessa forma. O Prefeito Roberto Requião atendendo aos seus eleitores da favela da Vila Pinto, colocou uma lombada. Então, todo mundo sentiu-se mais seguro na Avenida das Torres. Perfeito! Mas por que não o fez nas demais vias rápidas? Deveria ter feito. Não podemos mais permitir que essas vias rápidas se transformem em "avenidas da morte"; não podemos permitir que o sangue generoso do curitibano, do paranaense, do brasileiro, manche o asfalto dessas vias rápidas. Tem que haver uma conscientização!

Sr. Presidente, infelizmente não pude terminar. É uma matéria importantíssima, mas gostaria que a Mesa desse como lido, inclusive um artigo de jornal, escritor Dom Jayme Luiz Coelho, Arcebispo de Maringá, onde ele diz também que a violência no trânsito não pode ficar impune. Também ele

sabe que seguradores pagam pelos danos materiais, e a Justiça absolve complacentemente os causadores de acidentes dolosos, mas o essencial é educar.

O Sr. Basílio Zanusso - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Erondy Silvério, em apenas alguns segundos ou minutos, quero parabenizar-me com Vossa Excelência, pelo seu brilhante pronunciamento, e também um aparte, que o enriqueceu, do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, vice-prefeito desta Capital, que falou com o coração, inclusive dos problemas ocasionados aqui com os acidentes de trânsito, ceifando vidas que estão aí; as estatísticas do Brasil inteiro, mostrando que um dos maiores índices de mortes, de óbitos no Brasil, são em virtude dos acidentes de trânsito. Não só nas capitais que Vossa Excelência conhece muito bem, especialmente Curitiba, mas também nas rodovias, e o que acontece e o que se vê, e Vossa Excelência concluiu muito bem o seu pronunciamento, falando que é uma oportunidade aos nossos Colegas que pleiteiam uma cadeira no Congresso Nacional, agora, inserir na futura Constituição, dispositivo dessa natureza, para que se mude a Legislação Nacional, porque não é possível que um indivíduo embriagado, como Vossa Excelência se referiu há pouco, em velocidade altíssima, mate, atropеле, e fique tudo como está, ou como estava. Nada acontece, ninguém é responsável, ninguém vai para a cadeia.

Então, apenas para me parabenizar com Vossa Excelência, pelo seu importante pronunciamento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo):

"Quem trafega devagar, pelas vias expressas, vai a 80 km/h. A maioria dirige a 100 ou mais, e por não receber qualquer advertência ou punição, acaba entendendo que essa atitude é normal e sem perigo.

Vemos então, como a omissão funciona como deseducação dos cidadãos, quando a grande necessidade para diminuir as ocorrências de trânsito, nas quais o Brasil é campeão em fatalidades, está, exatamente, numa maior educação dos cidadãos na prevenção de acidentes.

Ainda agora, depois de uma tragédia em que crianças foram atropeladas e mortas na calçada, na Via Expressa do Portão, moradores daquele bairro uniram-se em passeata para pedir providências. Até agora, nenhuma foi tomada.

Dom Jaime Luiz Coelho, Arcebispo de Maringá, escreveu artigo de jornal dizendo também que a violência no trânsito não pode ficar impune. Também ele sabe que segu-

Curitiba, quinta, em 19.06.86

radoras pagam pelos danos materiais; a Justiça absolve complacente, causadores de acidentes dolosos. Diz o prelado, nas suas conclusões, que o essencial é educar. Digo eu, que nada é mais deseducativo que a omissão das autoridades.

Postos assim os fatos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço um apelo para que esta Casa não seja também omissa e, portanto, acumpliciada.

#### REQUERIMENTO

Este pronunciamento tem por objetivo prático, REQUERER o encaminhamento de expediente oficial deste Poder ao Chefe do Poder Executivo, apelando, em nome da população Curitiba e de outras cidades onde problemas semelhantes estejam acontecendo, para que Sua Excelência determine urgentes providências para modificar a ação das autoridades de trânsito, de passiva em ativa. A culpa não é do policial solitário, mas dos seus superiores que não determinam o comportamento correto ou para ele não oferecem meios. Se a necessidade é de pessoal, contrate-se; se é de meios, compre-se. Mas, não pode perdurar a ineficiência e a impunidade.

No uso de suas atribuições regimerais, Requer ainda o signatário, que seja encaminhada cópia deste pronunciamento ao Sr. Prefeito de Curitiba, com veemente apelo para que determine estudos para alterações das chamadas "vias rápidas", para que nelas o tráfego se processe de maneira civilizada e de menor risco.

Sala das Sessões, em 18/06/86.

(a) ERONDY SILVÉRIO."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Eu gostaria que registrasse em ata, que não foram instaladas ainda as campanhas nos gabinetes parlamentares.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Será consignado Deputado.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edson Pascoal Pian, ocorrido no dia 14 de junho do corrente ano, no Município de Cascavel. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Gregório Camilotti,

ocorrido no Município de Clevelândia.- Aprovado.- À Diretoria Legislativa. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de materiais esportivos para o Município de Quinta do Sol.-Aprovado.- À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo reformas gerais, na delegacia de polícia, do Município de Roncador.-Aprovado.- À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo recursos financeiros para a construção de uma quadra de esportes no Colégio Estadual Helena Kolody - Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Município de Terra Boa.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo recursos financeiros para a APAE - do Município de Ubatuba.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a implantação de um gabinete dentário, no Município de Juranda.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, viabilizando a criação e instalação de uma unidade veterinária, para o Município de Mamborê.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo o envio de um fogão elétrico, para o Colégio Estadual Professor João Faria da Costa - Ensino de 1.º e 2.º Graus, do Município de Nova Cantu.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de

expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a liberação de materiais para a construção de um sistema de drenagem, no Conjunto Habitacional Nivando Antônio Simionato, do Município de Peabiru.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao "Jornal do Estado", pela passagem do 3.º aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à UPES - União Paranaense dos Estudantes de 1.º e 2.º Graus, pela comemoração do 41.º aniversário de fundação.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja marcada para o dia 26 de junho do corrente ano, às 10 horas, a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Dr. Antônio Esmeraldo Neto.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa, da matéria jornalística do Jornal "Folha de Londrina", sobre "Golpe de Importação de Gado trouxe prejuízo superior a US\$ 200 milhões". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado, pela indicação de William Falcone, José Luiz Alves Maia e Aurene Pinto dos Santos, respectivamente, para Diretor-Superintendente; Diretor-Técnico e Diretor-Administrativo da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a instalação de um armazém da COPASA, no Município de Santa Izabel D'Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a agilização da perfuração de um poço artesiano na localidade de Lirial de São Luiz, do Município de Araruna.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.



Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando votos de aplauso ao DCE - Diretório Central dos Estudantes, pela posse da nova diretoria, eleita no dia 18 de junho do corrente ano, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Movimento dos Açougueiros do Paraná, pela recente manifestação sobre o problema da carne bovina no Paraná.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Prefeitos de Curitiba e Londrina, sugerindo a isenção do IPTU, para os imóveis utilizados por livrarias que reservem espaços prioritários de exposição para obras de autores nacionais.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo o aumento da cota de combustível para a Delegacia Policial do Município de Barbosa Ferraz.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Dietora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo recursos para a construção de um muro cercando a Escola Estadual Bento Munhoz da Rocha - Ensino de 1.º e 2.º Graus, no Distrito Administrativo de Herveira, Município de Campina da Lagoa.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um telefone público no Jardim Flórida, no Município de Campo Mourão.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro da Fazenda, objetivando solução urgente para a problemática do abastecimento de carne bovina no Estado.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Professor Jorge Bounassar Filho, Reitor eleito da Universidade Estadual do Município de Londrina.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-

do Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Srs. Diretores do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, recentemente eleitos pela comunidade universitária do Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica entre os Municípios de São Carlos do Ivaí e Japurá, na ligação de leito natural com aproximadamente 18 km, sendo que à altura do km 7, há a necessidade de se erguer uma ponte sobre o Rio Ivaí, ligando os dois Municípios. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo um refeitório para a Escola Estadual Arnaldo Coneglian - Ens. de 1.º grau, no Distrito de Bourbônia, Município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a criação de estabelecimento de ensino de 2.º grau, a ser mantido pelo Governo do Estado, no Município de Roncador. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, visando agilização na construção de salas de aulas para a Escola Estadual Vinícius de Moraes - Ensino de 1.º Grau, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a construção de uma cancha de esportes no Distrito Bourbônia, no Município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a instalação de um módulo policial no Conjunto Habitacional Dr. Milton Luiz Pereira (COHAPAR) do Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo instrumentos musicais para



formação de uma fanfarra na Escola Estadual Vinícius de Moraes, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, visando um jogo de camisas para os alunos da Escola Estadual Vinícius de Moraes- Ensino de 1.º Grau, do Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente e lido da tribuna solicitando seja encaminhada cópia de pronunciamento ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, com veemente apelo para que determine estudos para alterações nas chamadas "vias rápidas", para que nelas o tráfego se processe de maneira civilizada e de menor risco. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aibal Khoury, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 132/86, que dispõe sobre a estrutura e organização da Coordenação da Receita do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, com apoio do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando regime de urgência para as Mensagens n. 79 e 80/86, que versam sobre os Termos de Convênios celebrados entre o Governo do Estado e, respectivamente, entre as Faculdades do Oeste e a FUNDESCAM - Faculdade de Ensino Superior do Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 33/86, oriundo do Poder Executivo, que objetiva criar, na Secretaria da Educação, um cargo de provimento em Comissão de Inspetor Estadual de Educação, símbolo 4-C. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando regime de urgência à Mensagem n. 77/86. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Depu-

tado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Diante da questão de ordem levantada pelo nobre Deputado, a Mesa defere.

O SR. RUBENS BUENO - (Pela Ordem) Eu solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

22 Senhores Deputados responderam a chamada.

Não há "quorum" para deliberação, apenas para prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 25/86 ex-Proposição n. 71/86-Ofício n. 004/86), oriundo do PARECER APROVADO por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO e JUSTIÇA, que aprova as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, referente ao exercício financeiro de 1985. Encerrada a discussão.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 13/84, que dispõe sobre a escolha democrática dos Reitores e Vice-Reitores das Universidades Estaduais e dos Diretores das Faculdades Estaduais isoladas, na forma que especifica e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e da C.E.

#### PROJETO DE LEI N. 13/84

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - A lista de nomes indicada pelo Conselho Universitário ou colegiado equivalente para escolha dos Reitores e Vice-Reitores da Universidade Estaduais e dos Diretores das Faculdades Estaduais isoladas, será formulada após consulta à

comunidade universitária.

Art. 2.º - Considera-se comunidade universitária a totalidade dos membros do corpo docente, do corpo discente e do quadro de funcionários em pleno exercício de suas funções.

Art. 3.º - A manifestação da comunidade universitária sobre os nomes que compõem as listas a serem analisadas pelo Governador deverá se dar sob a forma de voto direto e secreto dos seus integrantes.

Art. 4.º - Os votos do corpo docente, discente e de funcionários serão ponderados numericamente por coeficientes calculados em função do número de componentes de cada grupo na comunidade universitária de modo que as votações totais ponderadas de cada uma das três categorias de votantes sejam equivalentes.

Art. 5.º - Dentro de 90 (noventa) dias a contar da aprovação desta lei, os Estatutos e Regimentos das Instituições Universitárias deverão sofrer as modificações pertinentes.

Art. 6.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de março de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

Apoio:

Nilso Squarezi, Sabino Campos, Adhail Sprenger Passos, Nelson Vasconcellos.

#### JUSTIFICATIVA:

Este não é um projeto de lei ideal. É, isto sim, um projeto de lei viável. Atentos ao pensamento do Professor Dalmo Dallari a respeito da democratização da vida universitária, exposto durante o I Fórum de Debates da FUEL - Fundação Universidade Estadual de Londrina - promovido no início de 1983, preocupamô-nos em não incorrer no equívoco do ideal inútil. Estão ainda no noticiário da imprensa nacional as consequências da tentativa de se cumprir na UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro - a lei proposta pelo Deputado Luis Alfredo Salomão, (PDT/RJ), que dispõe sobre as eleições diretas para Reitor e Vice-Reitor nas instituições universitárias do Estado do Rio de Janeiro. Sua inconstitucionalidade foi argüida pelo MEC e o processo democrático está interrompido. Não abrimos mão da luta pelas mais amplas liberdades, fora e dentro da universidade, mas temos a concepção de que as conquistas Parciais avançam no seu rumo.

A comunidade universitária, como todos os demais segmentos sociais, clama pelo direitos que lhes foram retirados nos últimos anos. E ao clamor por esse direito apresentam práticas políticas que merecem não só o destaque de nossa atenção como o nosso aval, enquanto representantes eleitos pelo povo.

E o nosso aval, neste caso específico,

se dará, em parte, pela formalização de um instrumento que reconheça legalmente a legitimidade do direito das comunidades universitárias paranaenses em escolher democraticamente seus dirigentes, conforme, aliás, já foi realizado pela Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá em 1982.

O processo mereceu o respeito de todas as universidades do País, das fundações, das comunidades e dos políticos e, sem ferir a legislação superior vigente (que queremos ver um dia modificada), permitiu a demonstração e o encaminhamento político das preferências de professores, alunos e funcionários na escolha dos atuais dirigentes da UEM - Universidade Estadual de Maringá. O processo foi simples e suas etapas podem ser identificadas e reproduzidas nas demais instituições universitárias mantidas pelo Governo do Paraná, objetivo principal deste projeto de lei.

Aproximando-se a data de mudança da Reitoria da UEM - Universidade Estadual de Maringá, os professores reuniram-se para discutir e identificar possíveis lideranças democráticas aptas à condução política e à gerência administrativa da universidade:

1.1. Dessa discussão, veio como proposta aprovada em Assembléia que a identificação das lideranças acadêmicas deveria também vir após ampla consulta à comunidade universitária;

1.2. A Associação Docente, junto com a Associação de Funcionários e Diretórios Acadêmicos lança no Campus a solicitação de identificação de nomes possíveis ou prováveis, que seriam bem vistos na administração futura da universidade;

1.3. Esta chamada à comunidade se objetivou numa primeira eleição - com urnas, listas de presença e contagem de votos - oficializada na sede da Associação dos Professores, após grande divulgação no Campus Universitário dessa proposta ou objetivo (ou seja, apenas a identificação de possíveis líderes);

Identificados por eleição direta os onze (11) nomes preferidos da comunidade acadêmica, a Associação Docente dá o segundo grande passo:

2.1. Convida todos os referenciados pela comunidade e solicita de cada candidato apresentação pública de suas proposta ou plano de futura gestão administrativa;

2.2. Após o convite e a aceitação dos candidatos para participarem dessa Comunicação (de seus projetos ou planos de trabalho) e para participarem dos debates que se desencadeariam em cima dessas propostas de trabalho, a Associação Docente, junto com o Diretório Estudantil e com a Associação de Funcionários, estabelece hora,

local, gravação do encontro e convida a todos os interessados na instituição para participarem dessa mesa-redonda;

2.3. Convite especial é formulado pela Associação Docente a todos os professores do Conselho Universitário para que participem do debate;

2.4. No dia aprazado todos os candidatos expõem seus planos e dentro desses planos são questionados;

Após exposição e o debate dos candidatos é realizada nova eleição - e desta vez definitiva - para escolha dos 6 (seis) elementos de preferência dos professores alunos e funcionários que integrariam a lista sêxtupla (que poderia ou não ser encaminhada pelo Conselho Universitário ao Governador):

3.1. A eleição se processa com a seriedade que o processo exige, e, dos 11 (onze) candidatos, a comunidade escolhe 6 (seis) que poderiam melhor encaminhar os destinos da Instituição sob a ótica de todo o corpo docente, discente e de funcionários;

3.2. A lista com os seis (06) nomes identificados após escrutínio público é encaminhada ao Conselho Universitário da UEM - Universidade Estadual de Maringá;

3.3. O Conselho Universitário, em data aprazada, ratifica a lista dos professores apenas invertendo as posições dos dois primeiros colocados;

3.4. A lista ratificada pelo Conselho Universitário é encaminhada ao Governador que escolhe o primeiro e o terceiro colocados nesta lista oficial.

O processo não terminou nesta indicação. Como consêquência do movimento organizado que a todos contagiou, o novo Reitor indica o primeiro escalão, no cargo de Pré-Reitor de Ensino, Pesquisa e Extensão, o segundo nome da lista encaminhada pelo Conselho e que vinha a ser o primeiro da lista, em termos de preferência, da comunidade.

E, à frente de todo esse processo extremamente rico em formulações teóricas, impossíveis de serem retratadas na letra fria de um projeto de lei, esteve a Professora Nadir Cancian. Nascida em Cambé, filha de lavradores, formou-se em História, na Faculdade Estadual de Londrina. Especialista em Educação, fez mestrado em História Econômica na UFPR - Universidade Federal do Paraná - e doutorado em Ciências Humanas na USP - Universidade de São Paulo -. Foi Secretária da Associação dos Professores Licenciados do Paraná e Presidente da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Maringá.

Falecida prematuramente em 29 de dezembro de 1982, a Professora Nadir Cancian continua presente na luta que seus companheiros professores da Universidade de Ma-

ringá permanecem travando em torno da criação da Universidade Brasileira verdadeiramente democrática. Sua contribuição numa etapa desta luta foi decisiva e ao dedicarmos este projeto de lei à sua memória não temos outro intento que não o de resgatar um pouco do seu esforço e dedicação em prol da construção de uma sociedade mais justa e humana.

Preferia mil vezes não estar nominando póstumamente este projeto de lei. Preferiria poder continuar convivendo com a Professora Nadir e com ela continuar repartindo as tristezas e as alegrias das derrotas e das vitórias. Que esta nossa referência à Professora Nadir seja também, nosso agradecimento à comunidade universitária paranaense - UPE, Diretórios Acadêmicos, Associações de Docentes, representação Regional da ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior que conosco discutiram as diversas fases da elaboração deste projeto de lei. Na verdade é ela, a comunidade universitária paranaense, da qual estou circunstancialmente afastado (mas não descomprometido), a verdadeira autora do mesmo. Sua concretização em lei e, mais do que isso sua prática efetiva nas instituições universitárias do Paraná simbolizará um passo a mais na democratização do ensino, meta do Governo Richa e de todos nós.

#### ANEXO TÉCNICO

A - Dedução do Coeficiente de Ponderação.

Sejam "D", "E" e "F" os contingentes numéricos de docentes, estudantes e funcionários na comunidade universitária. Se se adotam os pesos numéricos a, b, e c no cômputo das votações dadas por essas três categorias a cada candidato as votações totais ponderadas de cada categoria serão:

$$D' = aD$$

$$E' = bE$$

$$(a) F' = cF$$

e como os pesos são mutualmente exclusivos,

$$a + b + c = 1$$

Comparando os contingentes reais de estudante E e de funcionários F, com o docente D, a estrutura da comunidade universitária tem uma composição numérica que fica definida pelo dois números relativos:

$$E$$

$$m = -$$

$$D$$

(b)

$$F$$

$$n = -$$

$$D$$

Na hipótese de se colocar como objetivo de aquidade que as três categorias pesem igualmente na escolha resultante da eleição, os pesos numéricos  $a$ ,  $b$ , e  $c$ , respectivos devem ser tais, que as votações ponderadas totais das três categorias sejam equivalentes. (Art. 4.º do projeto de lei).

$$(c) \begin{cases} D' = E' = F' \end{cases}$$

Em face das relações (a) e (b) estabelecidas acima, tem-se então:

$$(d) \begin{cases} aD = bE \\ aD = cF \\ a + b + c = 1 \end{cases}$$

relação das quais se deduz sucessivamente:

$$(e) \begin{cases} a & E \\ - & - = m \\ b & D \\ a & F \\ - & - = n \\ c & D \end{cases}$$

$$(f) \begin{cases} a \\ b = - \\ m \\ a \\ c = - \\ n \end{cases}$$

e como  $a + b + c = 1$  vem,

$$\frac{a}{m} + \frac{a}{n} = 1$$

ou

$$a \left( \frac{1}{m} + \frac{1}{n} \right) = 1$$

las donde se deduzem as fórmulas

$$a = \frac{1}{1 + \frac{1}{m} + \frac{1}{n}} \text{ e em virtude das relações}$$

$$1 + \frac{1}{m} + \frac{1}{n} \quad (f) :$$

$$(g) \quad b = \frac{1}{1 + m + \frac{m}{n}}$$

$$c = \frac{1}{1 + n + \frac{n}{m}}$$

Relações que definem os pesos  $a, b$  e  $c$  em função dos números " $m$ " e " $n$ " que defi-

nem a estrutura numérica da comunidade universitária segundo as categorias de docentes, estudantes e funcionários.

#### B- Votação Equitativa

1) O problema básico é obter equidade no poder decisório numa eleição em que os votantes são classificados em categorias com diferentes contingentes eleitorais.

2) A solução natural para evitar a possibilidade de que a categoria mais numerosa eleja sistematicamente seus candidatos é estabelecer uma ponderação numérica dos votos de cada categoria.

3) Os coeficientes para esta ponderação devem ser calculados como funções decrescentes do número relativo de votantes de cada categoria para que haja tendência ao equilíbrio no poder de decisão dos diferentes contingentes eleitorais das três categorias.

4) no caso em que o objetivo, diferentemente do que se postula no projeto, fosse atribuir um caráter de divisão em classes, os pesos numéricos obtidos por equivalência das votações globais poderiam ser, por sua vez, multiplicadas por novos coeficientes de correção, variáveis para cada categoria, estabelecendo uma escala de poder de decisão entre as classes de votantes.

5) Por exemplo: se o cálculo por equivalência houvesse chegado aos valores:  $a = 0,7$ ,  $b = 0,2$ ,  $c = 0,1$ , que equilibram o poder de decisão potencial das três categorias e se quizesse, ao contrário firmar o princípio de uma repartição desigual desse poder por exemplo, dando 50% dele à classe "A", 30% à "B" e 20% à "C", os novos pesos numéricos se calculariam do seguinte modo:

$$a = 0,7 \times 0,5 = 0,35$$

$$b = 0,2 \times 0,3 = 0,06$$

$$c = 0,1 \times 0,2 = 0,02$$

$$a' + b' + c' = 0,43$$

e os coeficientes corrigidos seriam:

$$a_1 = \frac{0,35}{0,43} = 0,813$$

$$b_1 = \frac{0,06}{0,43} = 0,140$$

$$c_1 = \frac{0,02}{0,43} = 0,047$$

$$a_1 + b_1 + c_1 = 1,00$$

7) o resultado da eleição e as votações ponderadas de cada candidato  $X_1$ ,  $X_2$  e  $X_3$ , ficam claramente expostos montando<sup>2</sup> as matrizes seguintes:

VOTAÇÃO REAL			
	X <sub>1</sub>	X <sub>2</sub>	X <sub>3</sub>
D	D <sub>1</sub>	D <sub>2</sub>	D <sub>3</sub>
E	E <sub>1</sub>	E <sub>2</sub>	E <sub>3</sub>
F	F <sub>1</sub>	F <sub>2</sub>	F <sub>3</sub>
N	N <sub>1</sub>	N <sub>2</sub>	N <sub>3</sub>

VOTAÇÃO PONDERADA			
	X <sub>1</sub>	X <sub>2</sub>	X <sub>3</sub>
D'	D <sub>1</sub> '	D <sub>2</sub> '	D <sub>3</sub> '
E'	E <sub>1</sub> '	E <sub>2</sub> '	E <sub>3</sub> '
F'	F <sub>1</sub> '	F <sub>2</sub> '	F <sub>3</sub> '
N'	N <sub>1</sub> '	N <sub>2</sub> '	N <sub>3</sub> '

sendo:

D' = aD

E' = bE vem

F' = cF

a, b e c são calculados pelas fórmulas adotadas e se elege o candidato (Xi) cuja soma (Ni') seja a maior de todas.

Obs: Este trabalho foi elaborado pelo professor Antônio Baltar da UFP e- Universidade Federal de Pernambuco.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 13/84

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Márcio Almeida, dispõe sobre a escolha democrática dos dirigentes das Instituições Universitárias mantidas pelo Estado do Paraná.

O Projeto de Lei foi apresentado com substancial exposição de motivos, abordando matéria ao ensino razão pela qual solicitamos a oitiva da Secretaria de Estado da Educação.

As fls. 15, foi anexado o Ofício n. 1.115/84, datado de 10 de maio do corrente ano, pelo qual a Secretaria da Educação, após tecer considerações à respeito de sua oportunidade e sobre o sucesso que legislação similar teria alcançado, bem como sobre o seu aspecto legal que atenderia ao disposto na legislação federal, com suporte constitucional, já tendo sido operacionalizado junto à Universidade Estadual de Maringá, em 1982, com grande sucesso na comunidade acadêmica", culminou emprestando seu parecer favorável ao Projeto de Lei

n. 13/84.

O posicionamento da Senhora Secretária, supre qualquer dúvida quanto ao entendimento do Executivo, pois, fundamentou-se em breve mas convincente relato.

Isto posto, ver que, superados os óbices legais e constitucionais após ouvir-se o Órgão do Poder Executivo competente para analisar a matéria, opinamos FAVORAVELMENTE à APROVAÇÃO do presente plano de lei.

Sala das Comissões, em  
07 de agosto de 1985.

(a) DJALMA DE AMEIDA CÉSAR  
Presidente e Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei n. 13/84

O nobre Deputado Márcio Almeida, através do Plano de Lei em tela tem por finalidade estabelecer normas sobre a escolha dos dirigentes das Instituições Universitárias mantidas pelo Estado.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, após manifestação da Secretaria de Estado da Educação.

No âmbito desta Comissão de Educação, chamada a opinar sobre o mérito da Proposição, temos que a matéria aqui tratada se reveste da mais alta significação para a democratização da comunidade universitária de nosso Estado, conforme estabelece a detalhada exposição de motivos constantes da justificativa que acompanha o Projeto de Lei.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em  
02 de outubro de 1985.

(aa) RUBENS BUENO  
Presidente  
TADEU FRANÇA  
Relator.

Encerrada a discussão.

O Sr. Dirceu Manfrinato) - (Pela Ordem)-  
Gostaria que em nome da Bancada do PMDB, fosse registrado um voto de pesar ao Senador e Presidente do PMDB, em exercício, Pedro Simon, pelo falecimento de sua esposa Tânia Simon.

Muito obrigado.

O SR.PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Será consignado em Ata seu voto de pesar Senhor Deputado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 23, às 10:00 horas, com a seguinte

EM VOTAÇÃO

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 50/86  
Levanta-se a sessão.

"GOLPE DE IMPORTAÇÃO DE GADO TROUXE  
PREJUÍZO SUPERIOR A US\$ 200 MILHÕES"  
POLÍCIA E RECEITA FEDERAL INVESTIGAM A  
PARTICIPAÇÃO DE FAZENDEIROS LONDRINENSES  
EM IMPORTAÇÕES "FANTASMAS" DE GADO  
BOLIVIANO E ARGENTINO

**Outro documento forjado: o "conocimiento internacional" para o transporte do gado**

MINISTERIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COOPERAÇÃO AO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CATÁLOGO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPLEMENTAR DE REGISTRO NO  
LABORATÓRIO DE PESQUISA FISCAL

VALIDO EM TODA TERRITÓRIA NACIONAL

1974

18

056 218 923

INSCRIÇÃO NO CPF

20.09.46

NASCIMENTO

CONFIRMAÇÃO

DEBERTO D. AVILA

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

O C/C @ "trip"

[illegible]

A fatura dá conta de que o gado foi colocado a bordo do navio argentino em 4 de outubro de 1979, mas, como os demais documentos, é inteiramente falsa

UNICA USD. 100.000,00  
Rosario (Rep. Argentina), 25 de octubre de 1974  
A LA VISTA  
se solicita mantener pagar por esta UNICA de cambio a la orden  
BANCA, TONELLA & DEPOSES, INC.  
la cantidad de CIENTO CINCUENTA MIL DOLARES ESTADUNIDENSES  
que cargará en cuenta  
EL FUNDARIO D'AVILA  
NICHOLAS RAMON DE LOS RIOS

A cambial também é falsa e era através  
delas que os dólares saíam do País.

Formulário de importação com campos para dados pessoais, endereço, e informações sobre a mercadoria. Inclui uma seção para "Guia de importação falsificada" com uma assinatura e data.

Guia de importação falsificada

Formulário de importação com campos para dados pessoais, endereço, e informações sobre a mercadoria. Inclui uma seção para "Guia de importação falsificada" com uma assinatura e data.

A propriedade rural em nome de Eleutério D'Avila, a que se refere esta guia do Imposto Territorial Rural que, segundo a Receita Federal não existe.

A Polícia Federal do Paraná está em fase de conclusão de um inquérito instaurado para apurar um rumoroso caso de fraude cambial que propiciou ao longo de oito anos, ganhos ilícitos aos seus mentores, que ultrapassam hoje a casa dos 200 milhões de dólares. Tanto a Polícia como a Receita Federal - eis que as operações envolvem também sonegação fiscal - não têm dúvidas de que influentes pessoas da sociedade londrinense, entre os quais fazendeiros muito bem situados economicamente, são os responsáveis pela série de golpes.

Não obstante as investigações já se prolongarem há mais de cinco anos, não foi possível ainda se levantar as identidades destas pessoas. "Oficialmente", porém um delegado da Receita Federal já apurou pelo menos os nomes de seis dela. Isso, pelo

menos, é o que consta do Inquérito DPF/PR.51/80, que tramita pela Divisão de Polícia Federal de Curitiba, embora o golpe que investiga tivesse sido aplicado em Londrina, junto à Carteira de Comércio Exterior da agência local do Banco do Brasil.

#### PESSOAS INFLUENTES

A respeito da importância destas pessoas existe no inquérito o ofício GAB/144/82, de 19 de julho de 1982, enviado pelo Delegado da Receita Federal de Londrina, Yamato Ayub Alves, ao então titular da Delegacia em Curitiba, Amaury de Oliveira, sobre o golpe em que ele assim se expressa:

"A operação foi realizada por um grupo de Londrina, composto por pessoas importantes na cidade, consideradas até mesmo respeitáveis politicamente", e acrescenta que as providências deveriam ser tomadas rapidamente, "pois, pelos cargos que ocupam e pelo poder de influência", poderiam criar obstáculos ao êxito das investigações. O temor de Yamato se justificou, pois, até hoje, passado tanto tempo, os nomes destas influentes personalidades permanecem desconhecidos.

O delegado da Receita em Londrina, impedido pela rigorosa legislação que impõe sigilo aos funcionários do setor não fala sobre o assunto. Mas foi possível obter-se informações através de documentos extraídos do inquérito DPF/PR.51/80. Este inquérito foi enviado a Londrina no mês passado, quando um delegado da Polícia Federal cumpriu novas diligências, ouvindo mais uma vez o funcionário Claudemir Pepino, que à época do golpe respondia pela Cacex da agência de Londrina do Banco do Brasil, mas que, pelo que se apurou até agora, não tem envolvimento criminoso no caso. O caso de Londrina foi o primeiro a ser descoberto antes de concretizar-se. Um outro, contudo, chegou a ser aplicado com êxito parcial e, embora tivesse sido praticado em

Bela Vista da Santíssima Trindade, em Mato Grosso, fronteira com a Bolívia, o seu autor é londrinense. Trata-se de José Antônio Daher, fazendeiro que mora na cidade há muitos anos. Ele foi condenado pela prática do crime há três anos de reclusão e o processo está a grau de recurso junto ao Supremo Tribunal Federal.

#### COMO AGIAM

O caso de Daher teve o caráter experimental e funcionou "como boi de piranha", na expressão de um delegado da Polícia Federal. Se desse certo, outros 13, inclusive o de Londrina, seriam deflagrados, como, aliás, foram, já que a descoberta da trama se deu quando o esperto fazendeiro londrinense já tinha conseguido embolsar a

invejável quantia de um milhão e 400 mil dólares. Daher foi descoberto, contudo, antes que o golpe se concretizasse inteiramente, quando teria auferido dois milhões de dólares além de ter se beneficiado com os 30 por cento da maxi desvalorização do cruzeiro em 1979. Aliás todos os golpes visavam à maxi desvalorização, conforme a conclusão da Receita Federal de Londrina, pois foram aplicados a menos de 30 dias antes da decisão governamental, levando o titular do órgão concluir que "a informação vazou", e, por via de consequência, somente pessoas "respeitáveis politicamente" poderiam dela ter conhecimento.

Tanto o golpe de Daher, como os outros frustrados, inclusive o de Londrina, envolviam importações "fantasmas" de gado boliviano e argentino por parte de fazendeiros do Paraná, alguns dos quais de Londrina, com a cumplicidade de funcionários da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil.

Utilizando seu próprio nome e documentos verdadeiros, José Antônio Daher requereu autorização do Ministério da Agricultura para importar cinco mil cabeças de gado da Bolívia, no valor de dois milhões de dólares. Dada a autorização ele foi à Cacex e formalizou a operação. Remeteu para a Bolívia uma primeira parcela de um milhão e 400 mil dólares, mais tarde valorizados 30 por cento com a maxi desvalorização do cruzeiro e quando se preparava para remeter os 600 mil dólares restantes teve o golpe descoberto. Este golpe consistia na remessa dos dólares a exportadores fictícios sem a contra partida do recebimento dos animais, já que a operação de fato não existia. Nisso, consiste o golpe das importações "fantasmas" de gado. Simula-se uma importação e com isso consegue os dólares no câmbio oficial.

#### TRAMA DESCOBERTA

Quem descobriu o golpe de Daher foi o Banco Central que, por sua vez, acionou a Polícia e a Receita Federal. Como o fazendeiro tem domicílio em Londrina, o delegado Yamato Aybu Alves, que tinha sido recém-empossado no cargo, recebeu a incumbência de fazer levantamento a seu respeito para apurar a ocorrência da sonegação fiscal. Foi no curso destas diligências que Yamato chegou ao caso de Londrina, o mais importante entre os 13 outros descobertos no Rio de Janeiro e no Mato Grosso. Ficou, então, evidente que o golpe de Daher teve realmente o caráter experimental e foi mesmo, conforme a expressão do delegado federal, "um boi de piranha", pois se não tivesse sido descoberto os outros teriam sido coroados de êxito, com prejuízos para a nação de milhões de dólares. Aliás,

Curitiba, quinta, em 19.06.86

conforme a autoridade federal, não está afastada a hipótese de que outros golpes tenham sido bem-sucedidos e até hoje não descobertos, tal a dificuldade que tem sido criada até agora em altos escalões, inclusive do Banco do Brasil para o desenvolvimento do atual inquérito, cujas autoridades esbarram invariavelmente nas repetidas afirmações do "segredo bancário" com as quais estas autoridades sonegam informações.

#### O CASO DE LONDRINA

Ao mesmo tempo em que se processava o golpe de José Antônio Daher, em Londrina, na agência do Banco do Brasil, um outro muito maior era engendrado. Este golpe de Londrina tem características que diferem do aplicado em Bela Vista da Santíssima Trindade, no Mato Grosso. A figura misteriosa de um fazendeiro chamado Eleutério D'Ávila é que aparece em primeiro plano. Acontece que ele não existe - segundo suposição das autoridades federais, com base no que já foi apurado no inquérito - por detrás dele está "um grupo de Londrina composto por pessoas importantes na cidade, consideradas até mesmo respeitáveis politicamente". Esse grupo teria se utilizado do nome de Eleutério D'Ávila para aplicar na época um golpe de oito milhões de dólares com a fictícia importação de 20 mil cabeças de gado da Argentina. O golpe foi frustrado graças à ação da Receita Federal de Londrina que, quase por acaso, descobriu na Cacex da agência do Banco do Brasil os documentos da fictícia importação, ao investigar o caso de José Antônio Daher.

Yamato Ayub Alves foi ao Banco do Brasil obter informações a respeito da importação de gado do contribuinte londrinense e o funcionário que o atendeu disse que o único caso que tinha se registrado nos últimos dias em Londrina era uma operação em andamento requerida por Eleutério D'Ávila e forneceu ao delegado da receita fotocó-

pias dos documentos ali existentes. Yamato os remeteu para Brasília e o golpe foi descoberto, simplesmente porque uma pesquisa que a Receita Federal realizou a nível nacional, comprovou que ele não existe. O nome é fictício e todos os documentos apresentados, tanto ao Ministério da Agricultura, com o pedido de autorização para a importação, como os documentos ao Banco do Brasil, em Londrina, são falsos.

Ao dar conta das investigações que realizou, o delegado da Receita Federal de Londrina, apontou as seguintes irregularidades, devidamente comprovadas:

a) - Eleutério D'Ávila - importador, não existe nos endereços mencionados, assim como não existe a propriedade que ele disse possuir e para onde iria o gado boliviano, em Nova Esperança, no Paraná.



b) - O CPF utilizado também não existe, segundo pesquisa realizada em todo o País no âmbito da Receita.

c) - A Carteira de Identidade é igualmente "fria", segundo demonstra o número da série nela registrado.

d) - As guias de recolhimento do Imposto Territorial Rural tem as autenticações mecânicas grosseiramente rasuradas e foram preenchidas a máquina de datilografia, fugindo ao sistema de processamento de dados.

#### DIRETORIA AUTORIZOU

A certeza do grupo de que o golpe daria certo era tão grande, que inclusive, o falso importador recolheu à agência do Banco do Brasil, em Londrina, uma taxa de expediente no valor de Cr\$ 2 milhões e 80 mil, valor elevado para a época. Uma operação deste tipo, que envolvia nada menos do que oito milhões de dólares, significativos hoje e mais ainda em 1979, não podia ter sido concretizada sem consulta a escalões superiores.

O funcionário Claudemir Pepino, da Cacex de Londrina, preocupado, consultou a diretoria do Banco do Brasil em Brasília e recebeu desta o sinal verde para a operação. Isso ele revelou ao prestar depoimento à Polícia Federal.

Mas a participação do Banco do Brasil nesta operação fraudulenta não fica apenas aí. No ofício que encaminhou à Receita Federal, em Curitiba, dando contas dos dados que conseguiu levantar aqui, Yamato Ayub Alves, informa que teve acesso a um cartão do Banco do Brasil, agência da Cinelândia, no Rio, abonando a assinatura de Eleutério D'Ávila. Isso quer dizer que o banco oficial de crédito abanou a assinatura de uma pessoa que, comprovadamente, não existe. Houve, aliás, ao longo das investigações, como continua havendo, muita dificuldade para se obter dados junto ao Banco do Brasil. Por exemplo: a Receita Federal

de Londrina pediu informações sobre a forma de recolhimento à agência do Banco do Brasil em Londrina na da taxa de expediente feita por Eleutério D'Ávila, no valor de Cr\$ 2.103,80 e a lacônica informação foi a de que não era possível identificar a pessoa que procedeu ao depósito desta taxa porque esta fora feita em dinheiro. O delegado estranhou que em 1979 - quando não existiam notas de grande valor em circulação - alguém levasse mais de dois milhões de cruzeiros em dinheiro para pagar a taxa. E mais tarde ficou-se sabendo que na realidade ocorreu uma ordem de pagamento partida, curiosamente, da agência da Cinelândia, no Rio.

#### MAXI DESVALORIZAÇÃO

A Receita Federal de Londrina observa que a operação teve início pouco antes da maxi desvalorização do dólar, ocorrida em 1979, e foi conduzida de forma a usufruir dos seus benefícios, apesar do aparente sigilo com que foi executada. No ofício de Yamato, datado de 1982, existe ainda a afirmação de que "a operação foi realizada por um grupo de Londrina, composto por pessoas proeminentes" e solicita providências para a completa elucidação do caso. Lembra o documento que "qualquer providência deverá ser imediata e com respaldo em documentação hábil, razão da máxima cautela até mesmo no trabalho de pesquisa, em face da convicção de embaraços a esse trabalho nunca tão necessário aos sagrados interesses do País."

A preocupação do delegado de Londrina - conforme hoje está comprovado - se justifica à época, eis que passado quase 9 anos dos fatos e nada de positivo com relação a nomes se revelou. O que se sabe é que 13 outras operações idênticas a esta de Londrina estavam em gestação no Rio de Janeiro e Mato Grosso e foram suspensas, com um aspecto bem interessante: embora tais operações tivessem sido intentadas fora do Paraná, todas as carteiras de identidade dos envolvidos foram fornecidas pelo Instituto de Identificação de Curitiba.

Embora o Delegado Yamato Ayub Alves, tenha-se referido no ofício que encaminhou à Delegacia da Receita Federal, em Curitiba, a seis nomes que, oficiosamente, teria levantado como responsáveis diretos pelas operações, não foi possível identificá-los até o momento já que no ofício é feita apenas a referência genérica sem contudo, nenhuma afirmativa positiva e categórica a este respeito. O fato pode ser atribuído às severas leis que regem o sigilo de funcionários da Receita e até mesmo à falta de prova efetiva.

Não há dúvida, porém, que estas pessoas existem e com grande poder de influência na comunidade londrinense. O inquérito, ainda em andamento na Polícia Federal de Curitiba, tem por objetivo justamente chegar a tais nomes.

Edilson Leal.

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 12.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 1986.  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Fiori Luiz.

Às dez horas e trinta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Squarezzi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias

Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pêricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.34/85, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que institui a partir de 1986, a "CAIXA DE TRANSPORTE COLETIVO POPULAR DO ESTADO DO PARANÁ", tendo por finalidade prestar o meio de condução nos centros urbanos de cidades do Estado, sem quaisquer objetivos de lucros, e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Em REGIME DE URGÊNCIA. (Publicado no D.A. 21, de 01/04/85).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.34/85

##### PARECER:

O presente plano de lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, pretende instituir a partir de 1986 a Caixa de

Curitiba, quinta, em 19.06.86

Transporte Coletivo Popular do Estado do Paraná, que terá por finalidade prestar o meio de condução nos centros urbanos de cidades do Estado, sem quaisquer objetivos de lucros e dá outras providências.

Em longa justificativa demonstra o autor a necessidade e oportunidade do projeto, que é calcado no que já foi apresentado, nesta Casa de Leis, pelo ex-Deputado Aldo Laval, em 12 de julho de 1947, conforme consta nos Anais de 27 de julho de 1949, o qual conseguiu vários pareceres favoráveis à implantação do aludido plano. No correr da justificativa cita ainda, Leis, Constituições, Códigos, Pareceres, Decretos, etc., tudo tendente a dar legitimidade ao projeto em tela.

Portanto, ao nosso ver, a matéria é oportuna, justa, humanitária e de elevado alcance social.

Sendo assim, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a legalidade e constitucionalidade do projeto, nada há que possa obstar a normal tramitação do mesmo pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável e pela aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11/09/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
BASÍLIO ZANUSSO - Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.34/85

##### PARECER:

O nobre Deputado Ezequias Losso apresenta o Projeto de Lei que recebe o n.34/85, por intermédio do qual pretende que fique instituída, a partir de 1986, a Caixa de Transporte Coletivo Popular do Estado do Paraná.

Analizando a longa justificativa que acompanha a proposição, bem como pareceres anexos, e não havendo óbice constitucional ou legal, somos pela aprovação da presente matéria que, se aprovada, sancionada e colocada em prática, virá resolver inúmeros problemas e salvar muitas vidas diariamente expostas, desnecessariamente, aos perigos do nosso trânsito.

Portanto, o parecer desta Comissão de Finanças é favorável à aprovação do Projeto de Lei 34/85.

Sala das Comissões, em 28/04/86.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente;  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.  
Rejeitado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

3 Senhores Deputados aprovam; 7 Senhores Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberação da matéria, e nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 23, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada e mais

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.34/85.

Levanta-se a sessão.